



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador João Paulo Saraiva

PROPOSTA N.º 269/2015

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2014

Pelouro: Vereador João Paulo Saraiva

Serviço: DMF

Considerando as competências da Câmara Municipal em matéria de aprovação dos documentos de prestação de contas do Município.

TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE:

1. Aprovar, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea i) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras de 2014;
2. Submeter, nos termos previstos na alínea a) do nº 2 do artigo 25º da referida Lei nº 75/2013 e do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, os supra referidos documentos à apreciação da Assembleia Municipal;
3. Submeter, nos termos previstos no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, à aprovação da Assembleia Municipal a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício, com o valor de 15.094.547,92 euros (quinze milhões, noventa e quatro mil, quinhentos e quarenta e sete euros e noventa e dois cêntimos);
 - a. 5% daquele valor, 754.727,40 euros (setecentos cinquenta e quatro mil, setecentos e vinte e sete euros e quarenta cêntimos) para Reservas Legais, nos termos previstos no ponto 2.7.3.5 do POCAL;

1



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Gabinete do Vereador João Paulo Saraiva

- b. Os remanescentes 14.339.820,52 euros (catorze milhões, trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e vinte euros e cinquenta e dois cêntimos), para a conta de Resultados Transitados;

Paços do Concelho de Lisboa, em 24 de Abril de 2015.

O Vereador de Finanças

(João Paulo Saraiva)

DACM

Prop. n.º 269/15

Fls. _____

MUNICIPIO DE LISBOA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
EXERCÍCIO DE 2014

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Nos termos das disposições legais aplicáveis, vimos submeter à apreciação de V.Exas o nosso Parecer sobre os documentos de prestação de contas do Município de Lisboa, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, as quais compreendem o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de Execução Orçamental e os respectivos anexos.

Tendo a aprovação da nossa nomeação como Revisores Oficiais de Contas do Município de Lisboa sido efectuada em 17 de março de 2015 não nos foi possível acompanhar a evolução das actividades e da gestão do Município durante o ano económico de 2014. No âmbito da nossa intervenção profissional acompanhamos a execução dos procedimentos e das práticas contabilísticas adotados na preparação da informação financeira. Pela sua relevância e impacto nas demonstrações financeiras, designadamente no ativo e nos fundos próprios, entendemos dever salientar a regularização efectuada no exercício de 2014 referente a ativos imobilizados não identificados no montante de 748,6 milhões de euros, que se mantinham registados nas contas desde o ano 2000.

Procedemos ainda à apreciação do Relatório de Gestão e da sua conformidade com a legislação aplicável e com as contas do exercício. Finalmente, procedemos à revisão das demonstrações financeiras anuais e à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas, cujas conclusões damos como reproduzidas neste parecer.

Parecer

Nestas condições, uma vez ponderadas as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, é nosso parecer que se aprovem os documentos de prestação de contas do Município de Lisboa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Lisboa, xx de abril de 2015

MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por António Gonçalves Monteiro

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Município de Lisboa as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 3.026.242.562,52 euros e um total de fundos próprios de 1.830.675.671,35 euros, incluindo um resultado líquido de 15.094.547,92 euros), a Demonstração de Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 640.000.249,03 de despesa paga e um total de 651.091.325,36 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município de Lisboa, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7, a 10 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efectuadas;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Não recebemos, até à presente data, respostas aos pedidos de confirmação externa de saldos de contas a receber no total de 45,4 milhões de euros e de contas a pagar no total de 77,9 milhões de euros. Encontram-se pendentes de reconciliação diversos valores confirmados por terceiros que não são concordantes com os valores registados nas contas do Município.
8. Não nos foram disponibilizadas as demonstrações financeiras do exercício de 2014 e a correspondente Certificação Legal das Contas da participada Associação Parque da Junqueira.
9. Na rubrica de Custos Diferidos encontram-se registados obras coercivas e empreitadas realizadas em anos anteriores, no valor de cerca de 13,5 milhões de euros (15 milhões em 2013), que se encontram em análise pelos serviços para posterior débito a terceiros ou eventual regularização. Apesar de a grande maioria das obras e empreitadas estarem já identificadas, o processo da sua recuperação é moroso o que levanta dúvidas quanto à total recuperabilidade dos montantes em causa.
10. Tal como divulgado no anexo (Nota 8.2.2), em abril de 2014 o Município efectuou um acordo de Transação Judicial e Compromisso Arbitral com a sociedade P.Mayer – Investimentos Imobiliários, SA e outros, com vista a promover a extinção dos processos judiciais relativos aos negócios relacionados com o Parque Mayer e com os terrenos da Feira Popular. No entanto, no âmbito do acordo e compromisso arbitral a P.Mayer entrou com uma nova acção declarativa de condenação requerendo uma indemnização do Município, cuja confirmação da exigibilidade e montante estão dependentes de decisão judicial.

OPINIÃO

11. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 a 10 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Município de Lisboa em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos constantes do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

ÊNFASES

12. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo precedente, entendemos dever salientar o seguinte:
 - 12.1. Conforme se refere nas Notas 8.2.2 e 8.2.3, no corrente exercício procedeu-se à regularização, por débito de Resultados Transitados, de 748,6 milhões de euros relativos a bens do ativo imobilizado que haviam sido registados no ano de 2000 em rubricas de Outros Bens de Domínio Público e Outras Imobilizações Corpóreas, e que não são susceptíveis de identificação. Por conseguinte a reserva constante da Certificação Legal das Contas de exercícios anteriores deixou de ser aplicável às contas do exercício de 2014.
 - 12.2. Tal como referido no anexo (Nota 8.2.2), o impacto líquido da integração da EPUL nas contas do Município, representou um acréscimo de 66,9 milhões de euros no ativo e de 83,1 milhões de euros no passivo, e um decréscimo de 16,2 milhões de euros dos fundos próprios.
 - 12.3. A Certificação Legal das Contas do exercício de 2013 incluía outras reservas por limitação de âmbito cujas situações que as originaram foram entretanto regularizadas no corrente exercício.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

13. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, xx de abril de 2015

MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por António Gonçalves Monteiro



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º nº 2 do Regimento da CML, foram deliberadas na Reunião Extraordinária de Câmara de 30 de abril de 2015, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Proposta n.º 269/2015

(Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa de 2014, bem como a proposta de aplicação de resultados, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 11 votos a favor (8PS e 3Ind.) e 6 votos contra (3PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP))

Proposta n.º 270/2015

(Subscrita pelos Srs. Vereadores João Paulo Saraiva e Manuel Salgado)

Apreciar o Relatório do Conselho de Administração e as Contas relativas ao exercício de 2014 da Lisboa Ocidental SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana assim como a Proposta de Aplicação dos Resultados e o Parecer do Fiscal Único, bem como mandar o representante do Município de Lisboa na assembleia geral para os aprovar, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 11 votos a favor (8PS e 3Ind.), 2 votos contra (PCP) e 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP))



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 275/2015 (Subscrita pelos Srs. Vereadores do PCP)

Aprovar a criação de uma Feira Popular, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 276/2015 (Subscrita pelos Srs. Vereadores do PCP)

Aprovar a criação de um tanatório municipal, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

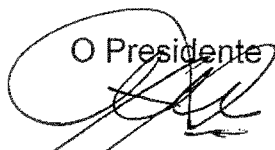
Proposta n.º 277/2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar mandar o representante do Município na Assembleia Geral da EMEL para designar o vogal não executivo do Conselho de Administração da EMEL, nos termos da proposta;

(Aprovada por escrutínio secreto com 11 votos a favor, 2 votos contra, 3 abstenções e 1 voto branco)

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu, *Rui Loures* por despacho de delegação de competências da Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 30 de abril de 2015

O Presidente

- Fernando Medina -